

NEGOCIANDO A DEPENDÊNCIA: RELAÇÕES MILITARES BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DA GUERRA FRIA

NEGOTIATING DEPENDENCY: BRAZIL- UNITED STATES MILITARY RELATIONS AT THE BEGINNING OF THE COLD WAR

NEGOCIANDO LA DEPENDENCIA: RELACIONES MILITARES BRASIL-ESTADOS UNIDOS AL COMIENZO DE LA GUERRA FRIA

Eduardo Munhoz Svartman¹

Resumo: Durante a Guerra Fria, os laços estabelecidos entre as forças armadas dos Estados Unidos e os militares de seus aliados em diferentes regiões do mundo foi elemento importante tanto da estratégia anticomunista de Washington quanto da projeção deste país em áreas até então influenciadas pelas potências europeias. O artigo argumenta que o Brasil foi um caso ilustrativo deste processo, no qual apesar da profunda dependência e alinhamento, essas relações militares não foram lineares nem desprovidas de conflitos. O caráter instrumental conferido pelo Brasil a essas relações e a coincidência apenas parcial de objetivos entre os dois países fez com que, em determinadas ocasiões, os militares brasileiros procurassem renegociar a dependência. O impacto político dessa interação proporcionou a criação de espaços de formulação ideológica e de articulação política, polarizou a oficialidade em torno de temas como exploração de petróleo e participação na Guerra da Coreia e reforçou disposições para o protagonismo na política interna.

Palavras-chave: Guerra Fria; Relações Brasil Estados Unidos; Forças Armadas

Abstract: During the Cold War, the links established between the United States armed forces and allied military forces in different regions of the world were an important element of both the anticommunist strategy of Washington and the projection of this country in areas hitherto influenced by European powers. The article argues that Brazil was a case in this process, in which despite the deep dependence and alignment, these military relations were neither linear nor devoid of conflicts. The instrumental character conferred by Brazil to these relations and the partial coincidence of objectives between the two countries has meant that, on certain occasions, the Brazilian military sought to renegotiate dependence. The political impact of this interaction led to the creation of clusters of ideological formulation and policy activism within officers and polarized them around issues like oil exploration and participation in the Korean War, which strengthened provisions for role in domestic politics.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. E-mail: eduardosvartman@gmail.com

Keywords: Cold War; Relations Brazil-US; Armed Forces

Resumen: Durante la Guerra Fría, los vínculos que se establecen entre las fuerzas armadas de los Estados Unidos y de sus aliados en diferentes regiones del mundo, fue un elemento importante tanto de la estrategia anticomunista de Washington como de la proyección de este país en zonas antes bajo la influencia de las potencias europeas. El artículo argumenta que Brasil era un caso en este proceso, en el que a pesar de la profunda dependencia y la alineamiento, estas relaciones militares no eran ni lineales ni carentes de conflictos. El carácter instrumental conferido por Brasil a estas relaciones y la coincidencia parcial de objetivos entre los dos países ha hecho que, en ciertas ocasiones, los militares brasileños trataran de renegociar la dependencia. El impacto político de esta interacción condujo a la creación de espacios de formulación y articulación política e ideológica, los oficiales polarizaron en torno a temas como la exploración de petróleo y la participación en la Guerra de Corea y fortalecieron las disposiciones para la intervención en la política interna.

Palabras-clave: Guerra Fría; Relaciones Brasil-Estados Unidos; Fuerzas Armadas

Introdução

Durante a Guerra Fria, os laços estabelecidos entre as forças armadas dos Estados Unidos e os aparatos militares de seus aliados em diferentes regiões do mundo constituíram elementos importantes tanto da estratégia anticomunista de Washington quanto da projeção deste país em áreas até então influenciadas pelas potências europeias. Os programas de assistência militar e de transferência de armamentos, assim como os acordos de defesa coletiva e de cedência de bases estabelecidos entre os Estados Unidos e mais de uma centena de países depois de 1945 impactaram sensivelmente a estruturação, o acesso aos meios de força e as doutrinas de emprego das organizações militares dos países que gravitaram em torno de Washington. A construção deste dispositivo militar, até então sem precedente e apenas em parte rivalizado pela União Soviética, definiu as dinâmicas securitárias em diferentes regiões do globo. Suas origens são oriundas da II Guerra Mundial, quando o “arsenal da democracia” iniciou as práticas de armar seus aliados, primeiramente o Reino Unido, e de montar mecanismos regionais de segurança coletiva, em nossa região sob o manto do pan-americanismo.

O Brasil constitui um caso bastante ilustrativo deste processo. Suas forças armadas, até a II Guerra Mundial bastante influenciadas pelas europeias, foram reequipadas e remodeladas conforme a os termos do acordo militar de 1942 e da participação brasileira no conflito. Os laços estabelecidos se prolongaram durante a Guerra Fria, de modo que por mais de três décadas Washington continuou sendo o principal fornecedor de material militar para o Brasil e, como tal, modelo de organização militar. Essa depen-

dência não estava desconectada dos fortes laços comerciais e financeiros que atrelavam o Brasil aos Estados Unidos e tampouco da crescente influência cultural deste. O alinhamento do Brasil com os EUA foi regra da política externa brasileira no início da Guerra Fria. A importância do anticomunismo nas forças armadas brasileiras, particularmente no Exército, é bastante conhecida assim como as inclinações pró-Estados Unidos de sua cúpula. Apesar de toda essa influência, quando se investiga a dinâmica das relações militares entre os dois países e os espaços que as viabilizaram, o que se vislumbra é um cenário mais complexo e nuançado, no qual se identificam interesses apenas parcialmente coincidentes, resistências de determinados setores castrenses, adaptações doutrinárias e questionamentos que tensionavam as relações militares entre os dois países. Desse modo, a dependência militar do Brasil em relação aos Estados Unidos não se deu sem negociações e sua renovação, nas primeiras décadas da Guerra Fria, não ocorreu sem questionamentos internos num momento em que as Forças Armadas exacerbavam clivagens políticas que espelhavam a polarização ideológica do período.

Este quadro, por sua vez, é decorrência do padrão de relações militares estabelecido durante a II Guerra Mundial. Nele, o Brasil conferia um caráter marcadamente instrumental ao alinhamento com os Estados Unidos, ligado à aquisição de armas e equipamentos modernos, ao desenvolvimento de uma indústria bélica própria (amparada na industrialização geral do país) e à supremacia militar em face à Argentina, o tradicional rival brasileiro. Para a cúpula militar brasileira, a aliança firmada com os EUA na guerra era uma via para a modernização e para, a ainda distante, autonomia estratégica de seu país. Um ponto de convergência que deve ser ressaltado é o anticomunismo, preocupação partilhada tanto pela hierarquia militar brasileira (protagonista do Estado Novo e que pouco se renovou com a democratização em 1946), quanto pelas autoridades de Washington. Essa agenda, todavia, nem sempre foi consensual no meio castrense brasileiro e as relações com Washington, em várias circunstâncias, constituíram um divisor de águas ideológico nas primeiras décadas da Guerra Fria.

Para os Estados Unidos, as relações militares com o Brasil eram percebidas de forma bastante distinta. O Brasil assumiu uma conotação estratégica regional de maior relevância para Washington no final dos anos 1930 e início dos 1940, o que permitiu a barganha brasileira neste período (MOURA, 1991). Contudo, no final da II Guerra Mundial a relevância do Brasil, e da América Latina, diminuem sensivelmente. Nas primeiras décadas da Guerra Fria o Brasil foi enquadrado na política genérica dos EUA para região, que consistia em garantir o acesso a matérias primas estratégicas, bases militares e em padronizar as forças armadas para a contenção do comunismo através dos programas de ajuda militar, mantendo distante a influência europeia e procurando contrabalançar o crescimento do nacionalismo na região (HAINES, 1989).

Essa coincidência apenas parcial de objetivos e as clivagens no meio militar brasileiro, particularmente no exército, são a chave para se compreender a dinâmica das relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos nas primeiras décadas da Guerra Fria. Para tanto recupera-se aqui os canais institucionais estabelecidos e a interação ocorrida durante a II Guerra, a sua evolução no pós-guerra e os impactos organizacionais e políticos dessa interação no Brasil.

Antes disso, contudo algumas considerações sobre as fontes empregadas são necessárias. Empregou-se documentação depositada em arquivos militares e civis tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A documentação brasileira está dispersa nos arquivos e bibliotecas militares, bem como no arquivo pessoal de Getúlio Vargas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. O tratamento arquivístico e as modalidades de acesso a essas fontes variam bastante, o que demanda do historiador um esforço extra para preencher as lacunas combinando fontes qualitativamente distintas de acervos diferentes. A documentação estadunidense, por seu turno, está depositada num único sistema de arquivos integrado, os National Archives (NARA), organizada segundo padrões mais uniformes. Seu desafio, contudo, é a saturação. O volume desse acervo ameaça soterrar o historiador, o que demanda um esforço de triagem capaz de identificar o material mais significativo. A análise dessa variada documentação dos dois países foi feita levando em consideração o enquadramento estrutural das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, as dinâmicas políticas domésticas em cada país e os interesses e formulações estratégicas das burocracias militares envolvidas.

A cooperação na II Guerra Mundial

As primeiras conexões mais significativas entre as Forças Armadas do Brasil e dos EUA foram estabelecidas com a contratação de uma pequena missão naval em 1922 e de uma missão de instrução de artilharia de costa em 1934 (McCANN, 1983). Esta última constitui um marco importante porque foi estabelecida ainda durante a vigência da Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro. Positivamente avaliada pelas autoridades brasileiras, a missão começou a sedimentar confiança entre oficiais brasileiros e estabeleceu um *modus operandi* que será observado posteriormente: presença marcante na estrutura de ensino militar e forte preocupação com os aspectos técnicos da profissão militar².

² Os relatórios do Ministério da Guerra de 1934 e 1935 elogiam a atuação da missão norte-americana na instrução de oficiais e sargentos, em 1936, quando a missão foi renovada pela primeira vez, o relatório informou a respeito da elaboração conjunta de um plano de defesa costeira e em 1938 foi reportada a consolidação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, dirigido pela missão.

A dimensão política dessa aproximação, ainda modesta, projetou-se em junho de 1939 quando o chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, George Marshall, visitou o Brasil expondo abertamente a intenção de um acordo de cooperação militar. Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por mais de dois meses. Nesta ocasião, foram expostas as preocupações norte-americanas quanto à defesa do norte e nordeste da América do Sul e a possibilidade de se instalar bases militares em território Brasileiro.

Essa iniciativa fazia parte da face militar da política de *boa vizinhança* adotada por Washington para a América Latina e tinha por objetivo construir um sistema de alianças no continente já com vistas no conflito que se avizinhava. No Brasil, que vivia a ditadura do Estado Novo, a influente cúpula militar via nessa atitude uma oportunidade para barganhar suas demandas estratégicas, uma vez que o mercado, e o alinhamento brasileiro, tornaram-se objeto de disputa entre as potências (Hilton, 1977).

Aproveitando a circunstância, Góes Monteiro, informou a Washington que a cooperação militar brasileira seria “tanto maior quanto maior for a quantidade de material [bélico] enviado pelos Estados Unidos”³. Este era o momento no qual a posição para barganhar era mais favorável ao Brasil; a guerra ainda não começara e Alemanha e Itália tornaram-se importantes fornecedores de armamentos nos marcos do “comércio compensado”. Em função disso, Góes podia afirmar a Marshall que o deslocamento das tropas brasileiras do sul para o nordeste, região de interesse dos EUA, dependeria do material ofertado por este país e que tal não poderia nunca ser fornecido em condições menos vantajosas que os contratos firmados com a Alemanha⁴.

Os avanços foram modestos até que as mudanças na legislação norte-americana (*Lend-lease Act*) permitiram as transferências de armamentos. Paralelamente, o Estado-Maior do Exército dos EUA avançava na sua estratégia de cultivar os militares latino-americanos convidando-os a frequentar escolas militares estadunidenses. Washington avaliava positivamente a prática, pois percebia que os oficiais da região ficavam impressionados com as escolas cursadas, com destaque para os brasileiros⁵.

Em julho reuniu-se pela primeira vez no Ministério da Guerra uma comissão composta por oficiais brasileiros e norte-americanos. Porém, o ambiente não era exatamente de plena confiança e as difíceis negociações

³ Relatório da viagem aos Estados Unidos do general Góes Monteiro. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Arquivo Góes Monteiro caixa 9-a, pasta 5, subpasta 2.

⁴ Carta de Góes Monteiro a George Marshall, 8/8/1939. In: SILVA, 1972, p. 156.

⁵ Memorandum for the Chief of Staff, May, 7, 1941. Memorandum for the Military Attachés, Jun, 3 1941. Record Group (RG) 407, Army decimal file 1940-1945, Foreign officers attending US military Schools. National Archives (NARA).

esbarravam em obstáculos como a recusa brasileira em aceitar tropas estadunidenses em território nacional, os atrasos no envio de armas e equipamentos dos EUA, ou a desconfiança dos militares norte-americanos quanto às inclinações ideológicas da cúpula militar brasileira (SVARTMAN, 2008). Por outro lado, a criação do Ministério da Aeronáutica, fora da órbita militar, e a implantação do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos, a cargo da Panair, constituiu uma manobra importante no sentido de aliviar as tensões e permitir o avanço na construção das bases então em negociação (McCANN, 1995). A entrada dos Estados Unidos oficialmente na guerra, em dezembro de 1941, e a realização da III Reunião Consultiva de Chanceleres no Rio de Janeiro, na qual o Brasil e a maioria dos países do continente rompem relações diplomáticas com o Eixo, forçaram a definição nas relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Desde então a interação entre militares de ambos os países foi crescente.

A conferência do Rio de Janeiro marcou o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos na II Guerra Mundial. Assim, em 23 de maio foi assinado o acordo que selou a aliança militar entre Brasil e Estados Unidos. O acordo também criou as duas comissões que desempenharam papel chave no desenvolvimento das relações militares entre as forças Armadas dos dois países durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria. Trata-se da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, que funcionava no Rio de Janeiro e da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos⁶, que funcionava em Washington. Inicialmente, esta última possuía maior relevância, pois deveria realizar estudos e encaminhar recomendações relativas à defesa mútua. (DAVIS, 1996). Entretanto, a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU) sediada no Rio de Janeiro, como se verá adiante, teve uma longa e atuante existência. Sua finalidade consistia em articular a cooperação e o planejamento entre os estados-maiores conforme as recomendações aprovadas pela Comissão de Defesa sediada em Washington. Fazia parte de suas atribuições encaminhar as solicitações brasileiras ao programa de *lend-leasing*, bem como o treinamento militar no Brasil conforme os padrões norte-americanos. Envolveu-se ainda nos programas de envio de oficiais brasileiros para estudos nos EUA, na tradução de manuais e no planejamento preliminar da Força Expedicionária Brasileira.⁷ Os chefes das representações de cada país reportavam-se diretamente aos seus respectivos Estados-Maiores, sem passar pelas vias diplomáticas. A Comissão, portanto,

⁶ Em inglês: Joint Brazil-United States Military Commission e Joint Brazil-United States Defense Commission, respectivamente.

⁷ Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores. 1942 p. 23. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. The Joint Brazil-United States Military commission and the Brazilian Army. RG 333 Record of the international Military Agencies. JBUSMC, 1946-1952, box 6. NARA.

garantiu um contato direto, permanente e intenso entre militares brasileiros e norte-americanos. A continuidade da sua existência depois de 1945 fez dela o mais importante canal institucional de relação entre os militares do Brasil e dos Estados Unidos.

De 1942 a 1945 as relações militares entre Brasil e Estados Unidos alcançaram o seu grau mais intenso. A interação compreendeu a operacionalização das bases militares, a remodelação das Forças Armadas brasileiras, a implantação de programas de treinamento e, depois da entrada do Brasil na guerra, a execução de operações no Atlântico e na Itália, nas quais tropas brasileiras estiveram subordinadas às norte-americanas. Ainda em fevereiro de 1942 um estudo do Estado Maior da Armada informava que, sem a cooperação da *US Navy*, a Marinha Brasileira não dispunha de meios para garantir a navegação longe dos portos brasileiros, tampouco teria condições de fazer frente a esquadra argentina, em caso de conflito com este país⁸. Tal constatação, e sua posterior incorporação às operações da IV Frota estadunidense, acabou modelando a Marinha como uma força especializada na proteção do tráfego marítimo face à ameaça submarina por um longo período (FLORES, 1972). A Força Aérea Brasileira, criada a partir do desmembramento da aviação do Exército e da Marinha, surgiu em 1941 sob forte influência norte-americana, recebendo, além da infraestrutura, grande quantidade de material deste país. No Exército, o impacto dessa interação afetou, inicialmente, os oficiais que realizaram cursos nos Estados Unidos ou que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB). No entanto, com a chegada do material bélico norte-americano e com o trabalho da imprensa especializada brasileira, que passou a discutir a necessidade de se adaptar doutrinas e procedimentos à nova realidade da guerra, a influência se difundiu mais amplamente.

Neste contexto, a criação da FEB foi percebida como uma oportunidade na qual uma participação mais efetiva na guerra ampliaria o envio de armamentos dos EUA e daria ao Brasil uma posição melhor nas negociações de paz (McCANN, 1995). O projeto, contudo, ainda enfrentaria muita resistência, tanto em setores do Exército brasileiro quanto da cúpula militar norte-americana. Além das resistências, no início de 1943 a constituição de uma força expedicionária brasileira tinha que enfrentar a carência material e a necessidade de se preparar quadros familiarizados com o tipo de guerra então praticado pelos Estados Unidos.

Medidas distintas foram tomadas para dar conta do preparo dos combatentes. Enquanto as tropas foram treinadas no Brasil ou na Itália, os oficiais realizaram cursos e estágios em diferentes escolas e centros de treina-

⁸ Exposição dos pontos de vista do EMA para fixar as diretrizes que devem ser adotadas no convênio a estabelecer entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, 25/2/1942. AHEx AGM Caixa 10.

mento do Exército norte-americano. O objetivo era converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e adapta-los aos regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. É importante notar que os programas previam, além dos cursos e estágios, ao menos uma semana de turismo nos Estados Unidos. Mais do que simplesmente treinar os militares brasileiros, Washington pretendia cultivar sua lealdade.

O impacto desses estágios nos EUA era grande, porém diverso. Alguns oficiais se entusiasmavam com a estratégia norte-americana de abrir suas escolas militares aos brasileiros:

Ir aos Estados Unidos é transformar-se num entusiasta do pan-americanismo. Porque eles nos atraem e nos conquistam pela grandeza dos empreendimentos e realizações e, acima de tudo, pela educação e boa fé do povo. (HENRIQUES, 1959, p. 14)

Outros, por sua vez, guardaram uma visão mais moderada e até crítica, que ensinou uma apropriação seletiva dos saberes lá difundidos. Conforme o depoimento de Henrique Teixeira Lott, os estágios tinham como objetivo colocar os oficiais brasileiros a par do modelo norte-americano,

Mas eu, por exemplo, assim como Castelo Branco, tinha uma instrução militar muito maior que a dos oficiais que me estavam ensinando (...), devido à ligação que mantivemos com a Missão Militar Francesa⁹.

Outro oficial que chegou ao generalato, Antônio Carlos Murici, segue a mesma linha de Lott ao enfatizar o caráter seletivo das incorporações: “O sistema logístico de apoio (...) exige uma técnica que nós não tínhamos. Então tivemos que aprender com os americanos. [Porém] em concepção nós não tínhamos nada a dever ao americano”¹⁰. Os militares brasileiros compreendiam que interagiam com um exército expandido e que incorporava quadros não profissionais. Oriundos de uma sociedade ainda pré-industrial, os militares brasileiros mostravam-se particularmente impressionados com a capacidade de mobilização de recursos dos EUA. Referindo-se às visitas que fez às instalações militares daquele país Muricy assinalou que “nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez”¹¹.

A imprensa militar brasileira, que contava com periódicos como *A Defesa Nacional* e a *Revista do Clube Militar* passou, gradativamente, a espe-

⁹ Depoimento concedido ao CPDOC entre outubro e novembro de 1978, p. 59s.

¹⁰ Depoimento concedido ao CPDOC em fevereiro de 1981, p. 185.

¹¹ Idem, p. 193.

lhar a influência da aliança com os EUA. Os artigos amparados em bibliografia francesa deram espaço às traduções de textos publicados em periódicos estadunidenses e até aos manuais operacionais. Por outro lado, apesar dos esforços dessas revistas, a criação da FEB produziu um descompasso muito grande entre esta divisão de infantaria equipada, treinada e experimentada em combate e o restante das forças estacionadas no Brasil. Conforme a linguagem da época, era a FEB de um lado e o “Exército de Caxias” de outro. Esta clivagem, carregada de tensões, era decorrente tanto da interação com os EUA, sobretudo nos aspectos materiais (armamento, fardamento, alimentação) quanto da própria experiência de guerra, que afetou, em especial, as relações disciplinares (MAXIMIANO, 2010).

Conforme a II Guerra Mundial definia-se favoravelmente aos Aliados, as relações militares entre Brasil e Estados Unidos passaram por novos ajustes. Antes do embarque da FEB, as bases eram o principal símbolo da aliança militar com os Estados Unidos e, naquele momento, o único instrumento de barganha do Brasil numa conjuntura em que sua relevância estratégica começava a declinar. Percebendo isso, um articulista da *Defesa Nacional* sugeria:

Fortifiquemos e guarnecemos fortemente as bases do nordeste para aumentar-lhes o valor e a cobiça pelos outros povos, porém não nos aliemos a nenhum partido. Fiquemos de mãos livres para, no momento oportuno, jogar com elas – trunfo inestimável – no tabuleiro da política internacional, de acordo com nossos interesses. (Fialho, 1944, p. 937)

Embora houvesse disposição no meio militar para uma negociação mais incisiva, quando os Estados Unidos solicitam a continuidade do uso das bases após o final da guerra, o Brasil rapidamente estendeu a concessão por mais 10 anos. Acreditava-se que isso manteria o vínculo e as remessas de equipamento que garantiriam a projeção regional do Brasil (DAVIS, 1996).

Na verdade, a cúpula militar alimentava a visão de que a única opção do Brasil era o alinhamento com os Estados Unidos. No segundo semestre de 1945 o novo ministro da Guerra, Góes Monteiro, convocou uma série de reuniões com os generais que serviam no Rio de Janeiro para dar início a um processo de reestruturação do Exército. O diagnóstico de Góes, veterano na política brasileira desde 1930, era de que a organização militar do país era obsoleta e que, naquele momento de transição de um “governo de emergência” para um “governo constitucional”, seria tarefa das instituições militares zelarem pelo o “progresso interno do nosso país e pela evolução, sob o signo da ordem, do nosso povo e das nossas instituições¹²”. Este papel

¹² Resumo da 1ª reunião de generais, realizado no Palácio da guerra em 10/08/1945, presidida pelo gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra. AHEx GM caixa 11, pasta 5

tutelar, que não era novo, assumia uma nova conotação na medida em que deveria estar em plena sintonia, tanto em termos organizacionais quanto em termos político-ideológico, com os EUA. Nas palavras do ministro: “Teremos de caminhar resolutos para o país a que estamos ligados por toda a sorte de interesses, do qual não devemos nem desejamos separar-nos sem grave mal – os Estados Unidos¹³”. Preparava-se, então, a forte convergência em torno do combate ao comunismo.

No plano organizacional, tomava-se como modelo as forças armadas norte-americanas, cujos “processos” e “métodos práticos” deviam ser estudados de modo que, embora não pudessem ser aplicados na íntegra,

deveremos caminhar nesse sentido, durante muitos anos, visto que **teremos de viver essa vida de satélite, subordinado no âmbito militar**, porque, mesmo que quiséssemos escolher outra órbita, não poderíamos fazê-lo, porquanto seria de toda maneira prejudicial aos nossos sentimentos e às nossas instituições¹⁴.

O mesmo negociador perspicaz que em 1939 e 1941 fora capaz de impor condições aos EUA via agora a situação desde uma perspectiva bastante diferente, senão fatalista: “É uma espécie de determinismo histórico, que nos prende aos Estados Unidos”. A posição do ministro, que não encontrou oposição nas reuniões que se seguiram, é compreensível porque as demais potências capitalistas ou haviam sido derrotadas ou estavam severamente enfraquecidas pela guerra. A única força alternativa aos EUA, naquele contexto, seria a URSS, a qual, dada a intensidade do anticomunismo no meio militar brasileiro, simplesmente não figurava como uma alternativa viável. Uma posição mais independente tampouco era cogitada, dada a percepção da fragilidade das capacidades brasileiras: “nós não possuímos indústria bélica, nem outros fatores determinantes da vitória em caso de guerra¹⁵”. Como se verá adiante, a assimetria da relação, que explicitava forte dependência brasileira face aos EUA, não permitiu que as expectativas instrumentais da cúpula brasileira quanto a ajuda estadunidense se realizassem inteiramente. De outra parte, segmentos da oficialidade passaram a contestar o alinhamento e a subordinação.

A experiência da guerra consolidou, no meio militar, a dimensão do atraso brasileiro em relação às potências e começou a definir a clivagem ideológica que cindiu as instituições militares nas próximas décadas: defensores da modernização pela via nacionalista e defensores da modernização associada aos Estados Unidos.

¹³ Idem, p. 9.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Resumo da 9ª reunião, realizada em 11/10/1945. AHEx GM caixeta 11, pasta 5.

O vácuo do pós-guerra e o anticomunismo

A vitória dos Aliados não assegurou, por sua vez, o consenso entre os diferentes ramos da burocracia em Washington a respeito da estratégia a ser implantada nas distintas regiões agora sob sua influência. No que diz respeito à América Latina, o subcontinente desempenhava, sobretudo na visão das Forças Armadas, um papel vital para a segurança dos Estados Unidos no contexto posterior à II Guerra Mundial. A continuação do programa de assistência militar após o término do conflito era pensada como essencial para a orientação das Forças Armadas da região na direção dos Estados Unidos. A padronização dos estabelecimentos militares de todo o continente, a exclusão de missões e de armamentos europeus e a manutenção de uma imagem positiva do país nas lideranças políticas e militares locais compunham os principais objetivos dos chefes do Estado-Maior Conjunto (*Joint Chiefs of Staff*) à época. Essa visão encontrava eco na recentemente expandida indústria bélica, então preocupada com a desmobilização e a retração nas encomendas que viriam com a paz. Como instrumento para negociar o acesso a bases aéreas e navais, consideradas essenciais para a segurança hemisférica, os militares estadunidenses pretendiam empregar a concessão de ajuda militar aos países da região. Essa não era, contudo, a posição do Departamento de Estado, ao sustentar que considerações políticas – e não exigências militares ou interesses econômicos imediatos – condicionassem a transferência de armamentos. Naquele momento imperava a incerteza da diplomacia quanto às relações entre os Estados Unidos e a União Soviética e, por isso, quanto aos impactos que futuros programas de auxílio militar surtiriam sobre tais relações. Soma-se a isso o esforço do Departamento de Estado para retomar sua influência no processo decisório da política para a América Latina (PACH, 1991).

Assim, para o Brasil, no imediato pós-guerra, as relações militares com os EUA sofreram reveses importantes. Ainda em 1945 a Comissão Militar Mista preparara um longo estudo propondo um plano de assistência militar que, finalmente, daria ao país uma incontestável supremacia militar na região. Estavam previstas transferências de navios porta-aviões, encouraçados, destroieres e submarinos para a Marinha, equipamentos para armar um efetivo de 180 mil homens do Exército e apoio para a FAB operar 600 aeronaves. O ambicioso plano previa ainda a construção de bases, estradas e outras obras de infraestrutura¹⁶. Sua implantação, contudo, foi frustrada pelo Departamento de Estado, que utilizou os argumentos do embaixador no Rio de Janeiro, Adolf Berle, que questionava a capacidade financeira do governo brasileiro sustentar um arsenal dessas proporções.

¹⁶ United States Department of State. Foreign relations of the United States : diplomatic papers, 1945. The American Republics. p. 600ss.

O episódio refletia as disputas entre o Pentágono e o Departamento de Estado pela condução das relações regionais e já acenava para a nova hierarquia de prioridades que Washington estava estabelecendo, de forma ainda um tanto confusa, para dar conta de seu novo papel internacional do pós-guerra. Prevaleceu, assim, uma política de menor prioridade à região (portanto de menores gastos com defesa) e de normalização das relações com a Argentina, para frustração dos militares brasileiros. A partir de então, as relações militares dos EUA na região seriam pautadas pelo princípio de equilíbrio de poder, sobretudo entre Argentina, Chile e Brasil.

A dissolução de qualquer ideia de aliança ou relação especial tornou-se ainda mais evidente quando o governo Harry Truman não renovou o marco legal que permitia a transferência de armamentos para o Brasil. Algumas iniciativas, como o emprego do *Surplus Property Act* ou de legislações mais antigas, viabilizaram a venda de algum equipamento (Davis, 1996), mas até a 1952 as possibilidades de transferência de material bélico foram severamente limitadas pela ausência de um acordo específico e porque o Brasil não dispunha de recursos para adquirir o pouco que fora disponibilizado por Washington. A própria CMMBEU por pouco não foi dissolvida. Diante de tal quadro, o que explicaria o apoio do governo Dutra à construção do sistema de defesa coletiva patrocinado pelos EUA, formalizado no TIAR, e a continuidade da visão pró-Estados Unidos na cúpula militar brasileira?

A chave para se compreender o alinhamento e a aceitação da dependência militar, a despeito do relegamento praticado por Washington, reside, basicamente, na dinâmica doméstica brasileira, marcada pelo incremento na organização política da sociedade, pelo golpe de outubro de 1945 e pelo acirrado anticomunismo nas forças armadas. A convicção alimentada pela cúpula militar a respeito do papel tutelar das forças armadas na política doméstica e da urgência da ameaça comunista produziu a percepção de que a convergência com os Estados Unidos em torno da agenda anticomunista, naquele momento, suplantava o problema da dependência e a disposição para barganhar.

No início de 1945 as lideranças do Estado Novo deram início a um processo de descompressão política que deveria assegurar o controle pelo alto da transição da ditadura para a democracia, cuja legitimidade internacional, tão abalada nos anos 1930, ganhara novo fôlego com a vitória dos Aliados. Assim, foram anunciadas eleições, a libertação dos presos políticos e os partidos voltaram a fazer parte da vida política brasileira. Contudo, o processo assumiu contornos inesperados com o fortalecimento dos movimentos sociais e as campanhas, apoiadas pelo PCB, em favor da continuidade de Getúlio Vargas no poder. A atitude ambígua de Vargas quanto ao *queremismo* e à crescente onda de mobilização popular em torno das palavras de ordem “Constituinte com Getúlio” serviu de pretexto para a sua deposi-

ção em outubro de 1945. Entre os militares golpistas havia um forte temor de uma aliança de Vargas com os trabalhadores e os comunistas, a qual suspenderia as eleições marcadas para o fim do ano e neutralizaria os dois candidatos oriundos do meio castrense: o general Eurico Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes¹⁷.

Samallmann (1998) chama atenção para outra nuance importante a respeito do papel político dos militares neste período e suas diferentes clivagens. Contrariando a versão que se tornou mais difundida, que descreve a FEB como portadora de valores liberais que puseram em cheque o Estado Novo em 1945, o autor argumenta que Vargas não temia a FEB. Pelo contrário, o retorno das tropas reforçava sua popularidade, especialmente com as paradas da vitória, o que teria feito Dutra e Góes Monteiro decretarem a rápida desmobilização da força expedicionária. Além disso, a crescente movimentação política no país, especialmente a legalização do PCB, despertou na cúpula militar o temor de infiltração comunista na FEB. A desmobilização atendeu ainda o interesse político de Dutra, cuja candidatura teria não apenas que se impor a Vargas, mas derrotar Eduardo Gomes, que sempre apoiara a FEB. Por isso em junho de 1945, além de desmobilizar, o Ministério da Guerra proibiu a criação de associações de veteranos de qualquer natureza. Por isso tudo, ainda conforme Samllman, seria incorreto afirmar que a FEB retornou com ideais democráticos que abalaram o Estado Novo. Os mesmos líderes que criaram a ditadura varguista em 1937 foram responsáveis pela sua deposição em 1945, para tanto neutralizaram a FEB e posteriormente produziu uma memória conveniente aos seus interesses.

Cada vez mais o anticomunismo tornava-se tema de grande relevância na agenda política da fração dominante dos militares brasileiros. O novo governo, empossado em janeiro de 1946 e presidido pelo antigo ministro da Guerra do Estado Novo, Dutra, acentuou ainda mais este aspecto. Em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional alertou contra a “virulência dos fermentos sociais” e que “ideologias alienígenas se infiltram no organismo (...) da nossa sociedade”¹⁸. Entre as fileiras do Exército, o anticomunismo foi usado para legitimar a repressão aos militares identificados com Vargas ou com a via nacionalista de desenvolvimento¹⁹. Durante a presidência de Dutra,

¹⁷ AHEx AGM Caixa 11 pasta 6. Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Relatório no 18, setembro de 1945, p.7. O arquivo de Getúlio Vargas guarda cópia do elucidativo panfleto “Carta aberta aos generais brasileiros” que, no início de 1945, já conclamava para o golpe. GVC 45.02.00 xlvi-b

¹⁸ DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da seção legislativa de 1947. Rio de Janeiro, 1947, p. 6

¹⁹ As memórias do antigo representante brasileiro na Comissão Militar Mista de Defesa, em Washington, gen. Leitão de Carvalho, oferecem uma rica narrativa desse ambiente, no qual ele fora impedido até de realizar conferências devido a sua ligação pessoal com Vargas. Ver CARVALHO, 1967

que em 1947 pusera fim a breve existência legal do PCB e rompera relações diplomáticas com a União Soviética, a colaboração entre militares brasileiros e estadunidenses nesta área foi intensa e precedeu a formulação das doutrinas e sistemas de alianças que marcaram os primeiros anos da Guerra Fria.

Exemplo dessa colaboração pode ser constatado quando, em dezembro de 1946, o adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro reportava o “endurecimento” da atitude das Forças Armadas brasileiras face ao comunismo. O relatório retransmite informações fornecidas por militares e policiais brasileiros que comprovariam a infiltração de um grande número de comunistas nas forças armadas brasileiras. Conforme os dados repassados, haveria em torno de 900 “comunistas conhecidos” nos diferentes setores das três forças, o que teria reforçado o apoio dos militares ao projeto de lei de segurança nacional que tramitava no Congresso²⁰.

Embora o número soe pouco verossímil, o relatório expressa a mútua colaboração e interesse dos militares de ambos os países na repressão ao comunismo. A diplomacia estadunidense acompanhava de perto as atividades anticomunistas no Brasil (RODEGHERO, 2007) e havia uma série de iniciativas no sentido de aparelhar as polícias da América Latina nesse sentido (HUGGINS, 1998). Já entre os militares, processou-se uma longa convergência em torno do combate ao comunismo, formalizada em 1948 num projeto que solicitava ao Exército brasileiro que coletasse, avaliasse e disseminasse informações pertinentes à defesa hemisférica, atuando ainda na área de contrainformação (DAVIS, 1996).

A convergência ideológica entre militares dos dois países, mesmo num ambiente de retração do valor estratégico do Brasil para os Estados Unidos e de quase suspensão das transferências de armamentos, era ainda reforçada pela política de cultivar laços implantada pelo Pentágono. Para compensar as restrições no envio de armamentos e a recusa em apoiar as demandas brasileiras de supremacia regional e de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, acentuavam-se as atividades de treinamento e as visitas de cortesia. Em agosto de 1946, o já célebre chefe do Estado-Maior do Exército, Dwight Eisenhower, visitou o Brasil e, numa breve conferência na Escola de Estado-Maior do Exército, procurou reforçar os laços entre os militares dos dois países:

Para o futuro, pretendemos estreitar cada vez mais os laços de camaradagem que unem os exércitos de nossas pátrias, o Brasil e os Estados Unidos. É por isso que incluímos na delegação que veio cooperar com o Exército Brasileiro o que possuímos de melhor no momento, a começar pelo seu chefe.²¹

²⁰ Military attaché intelligence report. Rio de Janeiro, 5 December, 1946. RG 319 Records of the Army General Staff. Estimate Military Intelligence Division. NARA.

²¹ “Estrato do discurso proferido pelo general de Exército Dwight Eisenhower na Escola de

É notável como, neste período, o Exército brasileiro abriu-se à presença e à assessoria dos militares norte-americanos. Em janeiro de 1946 o comandante da delegação dos EUA na CMMBEU relatava que membros de Seção de Terra assistiram a várias manobras das escolas de Estado-Maior, de Moto-Mecanização e da Academia Militar e puderam constatar, com certo entusiasmo, que “estas instituições, antes fortemente influenciadas por doutrinas de outros exércitos, estão agora empregando, quase que exclusivamente, métodos e doutrinas dos Estados Unidos”²²

Oficiais norte-americanos estiveram presentes nas atividades de planejamento, treinamento e forneceram, à pedido do ministro da Guerra, um extensivo estudo sobre o sistema militar de ensino que recomendava a adoção do modelo de instrução empregado pelo exército norte-americano. Com relação à Academia Militar das Agulhas Negras, o estudo propunha que, para melhor preparar os alunos para seus deveres como “líderes da nação”, o curso deveria enfatizar a “formação do caráter”, o desenvolvimento de uma “mente analítica” e maior familiaridade com as humanidades de maneira a aproximar-se da academia de West Point, que forma os oficiais do exército dos EUA.

O esforço dos oficiais norte-americanos para influenciar seus colegas brasileiros se desdobrava também na disposição para aprender a língua portuguesa e para diligentemente colaborar na tradução de manuais. Os oficiais mais graduados em várias ocasiões realizaram conferências na Escola de Estado-Maior e, em março de 1947, os pedidos de mais pessoal para integrar a delegação dos EUA na CMMBEU foram atendidos, de modo que passaram a servir ali um total de 91 militares estadunidenses, apenas na seção de terra²³.

Este considerável contingente visava suprir também as atividades de treinamento junto várias unidades em toda sorte de cursos e programas de treinamento. Sempre com o objetivo de estreitar laços e influenciar a reestruturação das forças brasileiras, a delegação americana da CMMBEU procurou formar bibliotecas técnicas além de exibir filmes de instrução no Rio de Janeiro para uma numerosa plateia de militares. Deu continuidade aos programas de envio de oficiais para escolas nos EUA e, para evitar tensões na hierarquia militar, organizava “visitas de inspeção” para oficiais gerais brasileiros à instalações militares norte-americanas, sempre cercadas de cortesias e num clima de amizade. Exemplo de iniciativa para cultivar a alta-oficialidade foi a viagem organizada para a Zona do Canal onde a de-

Estado maior do Brasil, em 6 de agosto de 1946”. A Defesa Nacional. n. 388, 1946 p. 731.

²² Monthly report of activities of the JBUSMC. 2 January, 1947. RG 333 Record of the international Military Agencies. JBUSMC, 1946-1952, box 7. NARA.

²³ Brazilian Army School System. 14 February, 1947. RG 333 Record of the international Military Agencies. JBUSMC, 1946-1952, box 7. NARA.

legação brasileira foi recepcionada pelo mesmo oficial ao qual a FEB esteve subordinada, o general Willis Critenberger²⁴.

O discurso da defesa hemisférica e a convergência de interesses, em determinadas questões como o anticomunismo, não ocultavam uma nuance importante nas relações entre os exércitos do Brasil e dos EUA, que dizia respeito à continuidade da influência francesa. Apesar do encerramento da missão militar e da derrota sofrida em 1940 pela França, cujas tropas eram lideradas por Maurice Gamelin, justamente o primeiro chefe da missão no Brasil, muitos oficiais ainda tomavam a literatura militar produzida naquele país como sua principal referência. Depois de 1945 a imprensa militar brasileira continuou traduzindo artigos de suas congêneres francesas, ainda que em escala bem menor que os de origem norte-americana. O teor da influência francesa era percebido por oficiais estadunidenses que assinalavam a dificuldade de “vender” as doutrinas modernas aos oficiais brasileiros que haviam experimentado o modelo francês.²⁵ Essa longa duração da influência francesa fica evidente em reflexões como as de um instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais que, após vaticinar que a “cópia servil nos trará muitos males” assinalava que nos cursos feitos nos EUA

não há segredos para nós em métodos e processos de instrução, por isso, é necessário que não contramarchemos ou mudemos o rumo (...) apenas para nos adaptar aos processos adotados para um povo muito diferente do nosso, e que empregou processos ditados por circunstâncias muito especiais.²⁶

Bem antes da reaproximação militar com a França (ARAÚJO, 2008) e do consumo da teoria da guerra revolucionária (MARTINS FILHO, 2008) é possível encontrar vários relatos que avaliam sempre o modelo estadunidense à luz do francês:

Estivemos em Fort Leavenworth, frequentamos seu curso de estado-maior, lemos seus *precis*, os seus regulamentos, assistimos dezenas de conferências e estamos, pois, como todos os que lá estiveram, em condições de declarar que os americanos nada mais fizeram que seguir os regulamentos franceses a adapta-los aos seus

²⁴ Monthly report of activities of the JBUSMC. March, 1947. E Monthly report of activities of the JBUSMC. May, 1947. RG 333 Record of the International Military Agencies. JBUSMC, 1946-1952, box 7. NARA. O número de militares que deveriam integrar a Comissão, e o custo que isso representava, foi objeto de muita discussão no Departamento do Exército. Ver, por exemplo, Personal Authorizations. 17 September, 1947. RG 333 Records of the International Military Agencies. JBUSMC, 1946-1952, box 9. NARA.

²⁵ Monthly report of activities of the JBUSMC. June, 1947. Report of trip to Panama Canal Department by Brazilian officers. 16 July, 1947.

²⁶ BRYDE, Walter. J. Atividades de artilharia na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. A Defesa Nacional. n. 410, 1948, p. 147

materiais, aos seus processos, principalmente formatando-os ao seu espírito prático. A doutrina americana é a doutrina francesa expurgada de seu excesso de teoria e tornada tão prática quanto possível²⁷.

Além destes focos de resistência, havia outro entrave mais sério à assimilação plena das doutrinas militares norte-americanas no Brasil: a limitada industrialização e infraestrutura e os escassos orçamentos militares brasileiros. Conforme o relatório de 1945 do Estado-Maior do Exército, a adoção da doutrina e organização americanas, calcadas na motorização, esbarrava na carência brasileira de viaturas e estradas. Já o relatório de 1948 informava que a assimilação das experiências colhidas na II Guerra Mundial quanto à organização e equipamentos norte-americanos, sofrera sério “reajustamento” em virtude da súbita “privação de meios” a que fora submetido o Exército²⁸. Os limites impostos pelos EUA às transferências de armamentos e à ajuda econômica forçaram a dependente organização militar brasileira a selecionar e adaptar sua conversão doutrinária. No plano político, emergiam questionamentos quanto à aliança e divisões na hierarquia a respeito das relações com os Estados Unidos.

Recrudescimento da Guerra Fria

O final dos 1940 e o início dos 1950 assistiram a primeira grande escalada da Guerra Fria, quando foram erguidas, desde os Estados Unidos, as principais instituições que modelaram o Bloco Ocidental: a Doutrina Truman e o Plano Marshall, anunciados em 1947, e a OTAN, criada em 1949. Na América Latina, a hegemonia norte-americana se cristalizou na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e, no ano seguinte, na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). O período foi marcado também pelas sucessivas crises que configuraram o sistema bipolar: em 1948 o bloqueio de Berlim, em 1949 a proclamação da República Popular da China e a eclosão da primeira bomba atômica soviética e, em 1950, o início da Guerra da Coreia. No Brasil, o governo anticomunista e pró-Estados Unidos de Dutra teve que se ver com o crescimento do trabalhismo, do nacionalismo (capaz de organizar grandes movimentos, como a campanha do petróleo, e de dividir as Forças Armadas) e com o retorno de Getúlio Vargas, agora pelas urnas, à presidência da República.

²⁷ GARCIA, José. Os cursos de Comando e Estado-Maior do Exército Americano. A Defesa Nacional. n. 389, 1946, p. 68.

²⁸ Abelardo Filho. Problemas do Brasil. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 432, ago. 1950, p. 74s. Apud STUMPE, Derli Junior. Encontrando um novo Mefisto: a americanização do Exército e A Defesa Nacional, 1942-1950. Programa de pós-graduação em História. Passo Fundo, 2010. (Dissertação de mestrado), p. 153.

As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos não poderiam deixar de ser afetadas por este quadro e um dos seus primeiros impactos se deu na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um novo espaço de articulação institucional entre militares dos dois países. Depois de longas negociações, a ESG iniciou seus trabalhos em 1949 contando com a assessoria de três oficiais norte-americanos. Subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, a escola fora concebida para desenvolver o “planejamento da segurança nacional,” abrangendo militares das três Forças e civis de “notável competência” (ARRUDA, 1983). Fortemente marcados pelo anticomunismo e por uma visão maniqueísta do cenário internacional, os oficiais brasileiros que integraram os primeiros quadros da ESG deram início a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

O ponto de partida da doutrina era, nas palavras do primeiro comandante da Escola, o “conflito ideológico permanente” entre Ocidente e Oriente, no qual o Brasil, por sua “índole cristã” e seus compromissos com os “amigos do Norte” (os Estados Unidos), colocava-se inquestionavelmente alinhado com o Ocidente²⁹. A concepção bastante dilatada de defesa da Doutrina de Segurança Nacional permitiu a articulação de um discurso por muito tempo empregado para legitimar não apenas a presença de militares no campo político mas o seu protagonismo no Brasil. O processo de elaboração da DSN, no início dos anos 1950, produziu uma combinação heterogênea de aspectos do planejamento e do liberalismo norte-americanos com elementos difusos do chamado pensamento autoritário brasileiro, consumido por uma fração da oficialidade do Exército desde os anos 1920. O que cimentava essas ideias era o anticomunismo e a ESG, como se sabe, tornou-se um foco de difusão dessa ideologia (SVARTMAN, 2006).

Como vem sendo descrito, as ligações militares entre o Brasil e os EUA, apesar de estreitas, nem sempre atendiam plenamente aos interesses formulados pela cúpula militar brasileira, sobretudo no que dizia respeito ao desenvolvimento de uma indústria bélica nacional e à supremacia militar regional. Depois da criação do TIAR e da OEA, para o qual a diplomacia brasileira colaborou diligentemente, os militares brasileiros procuraram, de várias formas, escapar do nivelamento com os demais países latino-americanos. Era tempo de renegociar a dependência. Com esse intuito, o ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa viajou aos Estados Unidos em 1949 na tentativa de discutir a renovação do acordo militar de 1942.

Apesar do recrudescimento da Guerra Fria, a posição de negociação brasileira era bastante frágil. Os negociadores militares norte-americanos viam o ministro como o resultado do tratamento de “nação favorecida” conferido ao Brasil, o que teria feito dele, assim como outros oficiais, o um

²⁹ Relatório do trabalho do EME, 1945 E 1948. in: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Documentos do Estado-Maior do Exército. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996. p. 287 e 296.

firme apoiador dos EUA. Em linhas gerais, os militares americanos se mostraram favoráveis à continuidade das relações especiais, pois consideravam relevantes a posição geográfica, a riqueza de matérias-primas estratégicas e o apoio brasileiro no sistema interamericano. Contudo, trataram de deixar claro que havia entraves legais e outras regiões mais relevantes que os impediam de atender a principal demanda brasileira, a obtenção de armamentos modernos³⁰. A missão fracassou. Somente três anos mais tarde foi assinado um acordo cujos termos, por sua vez, inflamaram o cenário político interno.

Os oficiais norte-americanos que serviam na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos estavam atentos ao descontentamento brasileiro. Em relatório secreto o chefe da missão informou que o primeiro objetivo da CMMBEU (desenvolver a capacidade das Forças Armadas brasileiras proverem a defesa interna e externa e de estarem disponíveis para emprego em outras áreas) era prejudicado pela baixa prioridade conferida ao Brasil nos programas de ajuda militar e pela falta de um acordo específico. O mesmo relatório chamava a atenção para o fato de muitos oficiais ressentirem-se do tratamento que os EUA conferiam ao Brasil, não o distinguindo dos demais países da região e tomando a posição do Brasil como já consolidada. Como paliativo, sugeria o incremento da propaganda e dos programas de treinamento nos Estados Unidos que seriam “um dos meios mais produtivos de doutrinação indireto das Forças Armadas brasileiras”, pois ao retornar ao Brasil os militares tornavam-se “ardorosos apoiadores não apenas das doutrinas militares dos Estados Unidos, mas também do seu modo de vida”³¹. A cooptação se mostrou uma estratégia longamente empregada, sua eficácia, contudo, tinha limites.

De um lado, as frustrações no acesso a material bélico acabou fazendo com que os militares brasileiros novamente se voltassem para a Europa a fim de obter armamento moderno. A posterior aquisição de um porta-aviões pela Marinha e de caças a jato pela Força Aérea junto ao Reino Unido são decorrência disso. De outro lado, as polêmicas em torno do modelo de exploração do petróleo, do envio de tropas para a Coreia e da assinatura do acordo militar expressaram as tensões políticas e ideológicas que as relações militares entre Brasil e Estados Unidos cada vez mais carregavam no início da Guerra Fria.

As Forças Armadas brasileiras foram protagonistas importantes da chamada “questão do petróleo” e o Clube Militar palco das polêmicas que definiram correntes opostas no corpo da oficialidade (PEIXOTO, 1980). Além da mobilização popular e da imprensa, o debate em torno da regu-

³⁰ CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. Palestra sobre a organização da ESG. Rio de Janeiro: ESG, 1949. p.5.

³¹ Memorandum of the Joint Chief of Staff. Washington, DC 28 march, 1949. RG 218 Records of the JCS. Geographical file, Brazil, box 19, NARA.

lamentação da exploração do petróleo no Brasil polarizou a oficialidade. Em torno de figuras ligadas a Dutra, Góes Monteiro e Cordeiro de Farias, aglutinaram-se os defensores da participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro. Um de seus maiores porta-vozes era o antigo tenente e veterano da revolução de 1930 Juarez Távora. Do outro lado os defensores do monopólio estatal aglutinavam-se em torno dos generais Horta Barbosa, Estilac Leal e Carnáuba argumentando que

Nas nações independentes, a responsabilidade da defesa nacional cabe aos seus próprios governos e a mais ninguém. Do mesmo modo que compete ao Estado administrar quartéis, fortalezas, belonaves, bases aéreas, arsenais e fábricas militares, pertence-lhe, também a indústria do petróleo³².

Em consequência da polarização, controlar o Clube Militar tornou-se chave para as duas correntes e as eleições bianuais para diretoria do clube fundiram-se à política doméstica e às discussões sobre a inserção internacional do Brasil. Em 1950 os nacionalistas venceram as eleições e o novo presidente do clube, general Estilac Leal, qualificara sua vitória como a aprovação de um programa, ligado à “defesa dos interesses e das riquezas nacionais contra a cobiça alheia”. Reafirmava ainda o “propósito de manter as forças armadas, irmanadas ao povo, em sua sagrada missão contra os golpistas e seus movimentos antipatrióticos”. Figura de proa da ala nacionalista do Exército, Estilac Leal colidiu de frente com seus colegas generais que dominavam a cúpula militar do governo Dutra, mesmo assim não se furtou em se pronunciar sobre os principais temas da agenda do momento propondo:

Uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional como os do petróleo, das areias monazíticas, do manganês, do quartzo, do potencial amazônico, etc³³.

Ainda em 1950 a Revista do Clube Militar publicou um artigo bastante crítico a atuação dos Estados Unidos na Coreia. Amparado num jornal francês, o artigo denunciava o massacre da população civil que a estratégia dos EUA acarretava e afirmava que “a intervenção militar americana pesa como uma ameaça de guerra concreta sobre cada nação”³⁴. O texto alertava, então, para o perigo de o Brasil ser alvo de ações dessa natureza ou de ser arrastado para o conflito coreano, contra o que se pronunciava claramente. O artigo teve grande repercussão no meio militar.

³² Parecer da Comissão de estudo do problema do petróleo. Rio de Janeiro, Clube Militar, 13 de maio de 1952. Apud CARONE, Edgard. *A Quarta República, 1945-1964*. Documentos. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 542.

³³ O significado de uma vitória. Revista do Clube Militar. n. 107, julho de 1950, p. 3-4.

³⁴ *Idem*, p. 4.

A contraofensiva dos chamados “entreguistas” não tardou. A nova diretoria foi acusada de comunista e, no apagar das luzes do governo Dutra, os defensores da modernização associada aos EUA, majoritários entre os oficiais mais graduados, transferiam boa parte da diretoria para unidades afastadas do centro do país (SODRÉ, 1979). Ainda assim Vargas convidou Estilac Leal para o Ministério da Guerra, provavelmente em função de seu pronunciamento favoráveis à posse do presidente eleito e contra os “especuladores solertes que se [opunham] à vontade popular”³⁵.

Ao longo de 1951 a polarização no meio militar foi crescente, e o ministro alvo de severa oposição de boa parte da alta hierarquia. No início de 1952 o comandante da 1ª Região Militar, Zenóbio da Costa, pediu demissão de seu cargo, alegando estar o Clube Militar tomado pelos comunistas, ser grande a infiltração deles no Exército e responsabilizando Estilac Leal pela situação³⁶. Diante da crise e da pressão de generais influentes, como Cordeiro de Farias, que, em correspondência a Vargas afirmou, com todas as letras, que Estilac Leal não poderia continuar no cargo e que “ninguém pode governar sem apoio das Forças Armadas”, o ministro caiu. Ao mesmo tempo corria a campanha para a sucessão do Clube, cujas chapas espelhavam a clivagem existente. Marcada pela extrema violência, e pela retórica anticomunista, a vitória da “Cruzada Democrática” na eleição de maio 1951 foi um sério revés para os nacionalistas (SMALLMANN, 1998).

Outro tema polêmico que se sobrepunha era a solicitação do governo Truman que o Brasil, e outros países da região, enviassem tropas para apoiar os Estados Unidos na península coreana. A partir de 1951, o novo governo Getúlio Vargas procurou reeditar a fórmula do alinhamento político-militar como instrumento de barganha para obter apoio econômico. A demanda de Washington poderia ser uma oportunidade. A expectativa era que o Brasil enviasse uma divisão (em torno de 25 mil homens), à semelhança do que fora a FEB. Todavia a eventual participação na Guerra da Coreia, tema que já acirrava as clivagens no corpo da oficialidade, foi condenada pelo Congresso brasileiro, e, diante da reticência de Washington em fornecer a ajuda econômica e militar esperada, tornou-se mais um problema que uma oportunidade, o que forçou o governo brasileiro a recusar o pedido norte-americano (DAVIS, 1996; ALVES, 2007).

Em meio a um cenário de crescente polarização ideológica, a assinatura do acordo militar de 1952 gerou outra crise política. Negociado pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e pelo Itamaraty, praticamente à revelia de Estilac Leal, o acordo enfraqueceu ainda mais o ministro. A sua assinatura, no calor da disputa pelo Clube Militar, e seus termos, que facilitavam a remessa de matérias primas radioativas para os EUA e reforçava o

³⁵ Considerações sobre a Guerra da Coreia. Revista do Clube Militar. n. 107, julho de 1950, p. 77.

³⁶ Carta de Zenóbio da Costa a Vargas, 18/3/1952. GV 1952.03.15

enquadramento brasileiro na defesa do “Hemisfério Ocidental e do Mundo Livre”, causaram polêmica e demandaram grande esforço para que, quase um ano depois, o Congresso brasileiro o ratificasse. Além de acentuar ainda mais a polarização no meio militar, o acordo ganhou a imprensa e as ruas. Em março de 1953 os muros do palácio do Itamaraty amanheceram com pichações contra o polêmico acordo militar, o ministro, João Neves da Fontoura, não hesitou em atribuir a ação aos mesmos comunistas que fariam oposição a sua ratificação pelo Congresso³⁷.

O acordo acenava com um novo marco institucional de assistência militar, amparado na legislação do Mutual Security Act de 1951 e na política de contenção do comunismo. Permitiu o Brasil ser contemplado pelo Mutual Assistance Program, o famoso MAP, que até meados dos anos 1970 foi responsável por aproximadamente um terço da ajuda militar estadunidense ao país. O acordo pouco se diferenciava daqueles assinados no mesmo ano entre os Estados Unidos e Chile, Colômbia, Cuba, Equador, República Dominicana e Uruguai (Mott, 2002), não havendo, portanto, maior distinção formal para o Brasil na região. Sua assinatura, e ratificação, representou uma vitória para os segmentos mais conservadores das Forças Armadas (os “entreguistas”) e um revés para os nacionalistas. A implementação do acordo sedimentou a profunda dependência de meios de força brasileiros em relação às remessas estadunidenses neste período.

Por outro lado, a criação em 1951 do Conselho Nacional de Pesquisa, o CNPq, com o objetivo de desenvolver capacidade tecnológica nuclear no Brasil e da Petrobrás, em 1953, ambos os espaços marcados por forte presença militar, indicam a permanência dos objetivos brasileiros de buscar autonomia em setores estratégicos. A clivagem da oficialidade em face aos Estados Unidos, nestes termos, permaneceu até os expurgos de 1964. A partir de então, novas correntes disputaram a via para a realização dos objetivos de longo curso que informaram as relações militares do Brasil com os Estados Unidos.

Considerações finais

Apesar da profunda dependência e do alinhamento, as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no início da Guerra Fria não foram lineares nem desprovidas de conflitos internos e descompassos de agenda. O caráter instrumental conferido pelo Brasil a essas relações e a coincidência apenas parcial de objetivos entre os dois países fez com que, em diferentes ocasiões, os militares brasileiros procurassem renegociar a dependência, o que não foi bem sucedido no que dizia respeito às transferências de armamentos modernos e à supremacia militar regional. O anticomunismo e a polarização ideo-

³⁷ Carta de João Neves da Fontoura a Lorival [Fontes?], 15/01/1953. GV 52.02.16

lógica no meio militar brasileiro, por sua vez, sedimentaram a visão no polo dominante da hierarquia militar de que o Brasil estava inquestionavelmente atrelado aos Estados Unidos. A assimetria no desenvolvimento econômico e social forçava várias adaptações que impediam uma replicagem, ainda que em menor escala, do modelo militar norte-americano. Havia também resistências por parte dos oficiais brasileiros, alguns ainda muito influenciados pela missão militar francesa e outros por se oporem à dependência e à agenda anticomunista partilhada por Washington e pelo governo Eurico Gaspar Dutra.

A dimensão das conexões militares entre os dois países impactou profundamente as Forças Armadas brasileiras. Regulamentos, equipamentos e doutrinas oriundos dos Estados Unidos passam a ser empregados nos centros de formação e, progressivamente, em várias unidades. Depois de 1952 as transferências de armamentos, praticamente interrompidas desde 1945, passaram a modelar novamente as capacidades materiais brasileiras. O impacto político não foi menor, pois essa interação, num contexto de fortalecimento do nacionalismo e de recrudescimento da Guerra Fria, proporcionou a criação de espaços de formulação ideológica e de articulação política, polarizou a oficialidade em torno de temas como exploração de petróleo e participação na Guerra da Coreia e reforçou disposições para o protagonismo na política interna em nome da industrialização e modernização do país e, especialmente, do combate ao comunismo.

Referências

ALVES, Vagner Camilo. **Da Itália à Coreia**. Decisões sobre ir ou não à guerra. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? **Esboços** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Vol. 15, n. 20, 2008.

ARRUDA, Antônio de. **A Escola Superior de Guerra**. História de sua doutrina. 2 ed. Rio de Janeiro: GRD, 1983.

ATKINS, G. Pope . **Encyclopedia of the Inter-American System**. London: Greenwood Press. 1997.

BAHNA, Paulo. **História do Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

BETHELL, Leslie. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A serviço do Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1952.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um general reformado**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CONN, Stetson & FAIRCHILD. **A estrutura de defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

DAVIS, Sonny B. **A brotherhood of arms: Brazil and United States military relations, 1945-1977**. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

FIALHO, Adaraldo. O papel das bases estratégicas do nordeste na política brasileira do pós-guerra. **A Defesa Nacional**. n. 367, dezembro, 1944.

HAINES, Gerald. **The Americanization of Brazil: a study of US cold war diplomacy in the Third World (1945-1955)**. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.

HENRIQUES, Elber de Mello. **A FEB doze anos depois**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1956.

HILTON, Stanley **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRST, Mônica. **Brasil e Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos e América Latina**. São Paulo Cortez, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 39-50, 2008.

McCANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945. in: **A REVOLUÇÃO DE 30**. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983.

McCANN, Frank. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MORAES, João Mascarenhas. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

MOTTA, Rodrigo Sá. O anticomunismo militar. in: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MOURA, Gerson **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NUNN, Frederick. *Yesterday's Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1983.

PEIXOTO, Antonio Carlos. O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). in: ROUQUIÉ, Alain (org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RODEGHERO, Carla. **Capítulos da Guerra Fria**. O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano. (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, Hélio. **1939**: véspera de guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SMALLMANN, Shawn. The official story: the violent censorship of Brazilian veterans, 1945-1954. **Hispanic American Historical Review**. 78:2, pp. 229-259, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: Formação profissional, idéias e engajamento político dos generais de 1964. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SVARTMAN, Eduardo. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 34, n.1, jan-jun. 2008.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Artigo recebido em 10-06-2014, revisado em 30-08-2014 e aceito para publicação em 10-09-2014.